

A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOS CENTROS EDUCACIONAIS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NO MARANHÃO ORGANIZADOS PELA UAEFAMA

Francisca do Nascimento Silva¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre como o Novo Ensino Médio vem sendo implementado nos Centros Educacionais Familiares de Formação por Alternância, organizados pela UAEFAMA no Maranhão. Fez-se o esforço de apresentar um pouco sobre o histórico da pedagogia da alternância no Brasil e no Maranhão e o Ensino Médio; sobre a Educação Profissional em escolas do campo; além das implicações da reforma curricular nos Centros Educacionais de Formação por Alternância, com foco nas escolas do Maranhão. Afirma-se que a reforma curricular com base no Nono Ensino Médio imposto aos CEFFAs está acontecendo sem diálogo, sem observância ao que já vem sendo praticado pelas escolas e às especificidades da organização do trabalho pedagógico. Sugere-se que este processo acarreta em impactos negativos aos CEFFAs, logo, demandam estudos que aprofundem sobre esses impactos no cotidiano das escolas, e indica-se que seja criada uma frente de resistência ao que descaracteriza a Alternância.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Reforma Curricular; Pedagogia da Alternância.

ABSTRACT

This article discusses how the New Secondary Education has been implemented in the Family Educational Centers of Training by Alternation, organized by UAEFAMA in Maranhão. An effort was made to present a little about the history of alternation pedagogy in Brazil and Maranhão and High School; on Professional Education in rural schools; in addition to the implications of curriculum reform in Educational Training Centers by Alternation, with a focus on schools in Maranhão. It is stated that the curricular reform based on the Ninth Secondary Education imposed on the CEFFAs is happening without dialogue, without observing what is already being practiced by schools and the specificities of the organization of pedagogical work. It is suggested that this process has negative impacts on the CEFFAs, therefore, they demand studies that deepen these impacts on the daily life of schools, and it is indicated that a front of resistance be created to what mischaracterizes the Alternation

Keywords: New High School; Curriculum Reform; Alternation Pedagogy.

Instituição: Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro

Titulação: Mestrado em Educação e Ensino

Email: orleane2005@yahoo.com.br









AP 010





¹ Nome: Francisca do Nascimento Silva



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como objetivo compreender como o Novo Ensino Médio vem sendo implementado nos Centros Educacionais Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) organizados pela União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA).

A iniciativa da investigação tem raízes no meu percurso de vida estudantil vinculada à pedagogia da alternância dos CEFFAs desde as séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e na formação superior no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, também em regime de alternância, somadas à prática profissional posteriormente na educação básica, no CEFFA Manoel Monteiro, escola do campo localizada no município de Lago do Junco, no estado do Maranhão que pratica a pedagogia da alternância.

Vivenciar esse sistema formativo orientado pela alternância n contexto atual de reforma do Ensino Médio, me instigou para uma investigação que traz a seguinte questão problematizadora: como o Novo Ensino Médio vem sendo implementado nos CEFFAs organizados pela UAEFAMA e quais as implicações para essas escolas?

A investigação de cunho qualitativa teve o percurso de construção orientado pelo método do materialismo histórico e dialético e recorreu aos procedimentos metodológicos das pesquisas bibliográficas, documental e de campo. O percurso da pesquisa foi orientado pelos teóricos: Gimonet (2007), Begnami (2019), Ribeiro (2010); Granereau (2020); entre outros documentos.

O percurso da pesquisa requereu esforço para aprofundamentos em torno das questões que perpassam pela compreensão do histórico da pedagogia da alternância no Brasil e no Maranhão e o Ensino Médio, a Educação Profissional em escolas do campo no contexto das reformas educacionais curriculares, como segue respectivamente.













2. A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOS CENTROS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NO MARANHÃO

2.1 A Pedagogia da Alternância dos CEFFAs no Brasil e no Maranhão

De acordo com Ribeiro (2010), a pedagogia da alternância nasce na França na década de 1930 e se expande para diversos países, a partir dos anos de 1960. É nesta década que chega ao Brasil, com a implantação da primeira Escola Família Agrícola em 1968, no estado do Espírito Santo, articulada pelo Padre Humberto Pietrogrande, vinculado ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), seguidamente se expande para grande parte do território brasileiro.

No estado do Maranhão, é válido ressaltar que, a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância no se apresentam como desdobramento da luta da classe trabalhadora camponesa por terra e por qualidade de vida. O acesso ao conhecimento, neste sentido, se apresenta como uma forma estratégica de fortalecimento da luta na perspectiva de se romper com a "cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância" (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 162).

No estado, a implementação da pedagogia da alternância data de 1980, com a fundação da primeira Escola Família Agrícola (EFA) de ensino fundamental no município de Poção de Pedras, localizado na região central, no território do Médio Mearim, articulada pelos sindicatos rurais, associações e movimentos sociais em parceria com a Igreja Católica. A partir desse momento outras escolas foram criadas nos diversos municípios do estado.

Mais de duas décadas depois é que vai ser implantada a primeira EFA de Ensino Médio, em 2005, no município de Lago do Junco, o Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFA). A partir de então, outras vão surgindo, espalhadas pelos diversos municípios do estado, a constar: Anajatuba, Balsas, Bela Vista, Sucupira do Norte, Lago do Junco, Turiaçu e Grajaú, totalizando oito EFAs de nível médio no estado do Maranhão, organizadas pela União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas (UAEFAMA).







APOIO







A UAEFAMA é uma associação representativa das EFAs foi criada em 1997, fruto do amadurecimento da caminhada dessas escolas no estado e pela necessidade de fortalecimento constante da identidade da Pedagogia da Alternância. Seu objetivo é de garantir a representação das associações das EFAs do estado, fortalecer o quadro de diretores e monitores através de cursos de capacitação pedagógico/administrativo, além da luta pela conquista de espaço de reconhecimento institucional, educacional e social.

Além das EFAs, aplica o sistema educativo da pedagogia da alternância, as Casas Familiares Rurais (CFRs), organizadas, no estado do Maranhão, parte pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Maranhão (ARCAFAR-MA) e outras pelo Instituto de Representação, Coordenação e Assessoria das Casas Familiares Rurais (IRCOA). Segundo Begnami (2019), o termo CEFFA representa um movimento que reúne as instituições educativas que trabalham a pedagogia citada, além de representar as escolas na luta por políticas de financiamento público, o reconhecimento da Pedagogia da Alternância e a manutenção dos princípios da autogestão e autonomia político, administrativa e pedagógica, enquanto movimento e organização social comunitária.

Ainda de acordo com o referido autor, a pedagogia da alternância consiste em um sistema educativo que prevê a formação da pessoa utilizando espaços e tempos diferentes divididos entre escola e meio socioprofissional. O percurso formativo dos CEFFAs é organizado a partir de quatro pilares: a Pedagogia da Alternância, a Associação, a Formação Integral e o Desenvolvimento do Meio, articulado por mediações pedagógicas próprias e específicas de cada realidade. Além disso, o currículo das escolas de ensino médio é organizado de modo a contemplar a formação geral e a formação profissional em agropecuária.

3. ENSINO MÉDIO, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ESCOLAS DO CAMPO NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS CURRICULARES













A educação, historicamente, tem sido alvo de disputa e o Ensino Médio no Brasil está situado no centro desse cenário. Ele refere-se à última etapa de estudos da educação básica e uma característica marcante de sua história tem sido a dualidade pautada na divisão social do trabalho, que distribui os homens pelas funções intelectuais e manuais, segundo sua origem de classe, em escolas de currículos e conteúdos diferentes.

Fruto dessa divisão apresenta-se a educação profissionalizante, modalidade de ensino voltado às camadas populares, dentre as quais se concentram os trabalhadores do campo. Reformas curriculares no sentido de adequar o estudo ao fortalecimento do mercado tem sido uma prática constante, sobretudo, no contexto atual de crise do capitalismo. Sobre o novo ensino médio, a educação profissional em escolas do campo no contexto das reformas educacionais curriculares é que aprofundaremos no debate que segue.

A princípio situamos que o novo Ensino Médio no Brasil é fruto de um processo recente de reformas, que culminou na Lei n°13.415/2017, que estabelece mudanças na organização e conteúdo desse nível de ensino, com alterações num conjunto de leis, em especial no próprio texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação N° 9495/96, no que se refere à organização curricular e pedagógica do Ensino Médio.

O artigo 36 da LDB passa a ter nova redação, estabelecendo que "O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos" (BRASIL, 2016, p.1), a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional (Base Comum Curricular e Base Profissional): linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional, de livre escolha dos jovens, orientados por suas escolas, a partir dos projetos de vida.





AP 010





REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

O que podemos destacar como representatividade do novo ensino médio? Justamente a hierarquização das disciplinas, com obrigatoriedade efetiva somente das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos e oferta obrigatória de Inglês; organização das disciplinas por competências e habilidades por Área; intensificação das parcerias público-privadas e da educação à distância (EAD); oferta de formação técnica e profissional que poderá ser realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições; financiamento privado com recursos do FUNDEB; flexibilidade na forma de organização, ou seja, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica; os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento; a União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da BNCC e as matrizes de referência das avaliações em larga escala relativas ao Ensino Médio, os currículos e programas dos cursos de formação inicial e continuada de professores e o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD).

Vale ressaltar ainda que forte tem sido o alinhamento de todas essas mudanças propostas com os direcionamentos e orientações das instituições internacionais, sobretudo, as que estão no epicentro do processo de mercantilização da esfera pública e, em particular, da esfera educacional, lócus privilegiado para o Estado construir um novo pacto social com novos tipos de formação dos sujeitos.

O ensino médio passa a ser o alvo das instituições privadas mercantis, haja vista que as alterações no currículo e na formação de professores são complexas e as redes de ensino estaduais, responsáveis pela oferta, terão que adequar a estrutura de ensino para dar conta das alterações. Nessa perspectiva, as instituições oferecem todo tipo de produto e serviço educacional desde plataformas digitais, formação de gestores e professores, metodologias, entre outros. Como se vê, o capital precisa do Estado para manter a ordem e garantir as condições de acumulação.













Sobre a educação profissionalizante, pontuamos sobre a sua integração à educação básica. A mesma está resguardada pela Resolução CNE/CP N° 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. A resolução a define como modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento.

Esta modalidade formativa está organizada em três níveis: formação inicial e continuada ou qualificação profissional; técnico de nível médio (forma integrada, concomitante e subseqüente); e tecnólogo (superior). Além dessas, há que se pontuar a integração da formação profissional à educação de jovens e adultos, materializada a partir do Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

A educação profissional que vem acontecendo nas escolas do campo. Os CEFFAs de Ensino Médio estão habilitados para ofertarem o curso técnico em agropecuária integrado. E essa educação não escapa aos enquadramentos da lei, logo, é contemplada pelo contexto das reformas educacionais curriculares, tanto as escolas reconhecidas juridicamente pelo Estado como as que preservaram o caráter comunitário. Nessa perspectiva que se faz necessário estudos que aprofundem sobre os impactos e as implicações das reformas curriculares nos CEFFAS de Ensino Médio no Maranhão.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOS CENTROS EDUCACIONAIS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NO MARANHÃO ORGANIZADOS PELA UAEFAMA













As escolas do campo, com destaque aos CEFFAs, tem tido dificuldade de fugir da proposição da reforma curricular imposta pela Lei nº 13.415/2017 e a BNCC, que vem acontecendo no Brasil sem diálogo com a sociedade, com a comunidade escolar e, em particular com os educadores que estão no chão da escola cotidianamente, além da não observância à diversidade da educação brasileira.

No cenário da diversidade educativa brasileira, situamos a experiência da Pedagogia da Alternância dos CEFFAs, cujo projeto educativo tem sua formulação elaborada à várias "mãos" por vários sujeitos, sobretudo, do campo, motivada pelas problemáticas vividas pelas famílias camponesas, principalmente no que concerne à educação. Como afirma Granereau (2020), não se refere a qualquer educação, mas a que apresenta garantia da adaptada ao meio de vida no campo.

Ainda conforme o autor, a formulação e organização do método educativo em foco se apoiou em várias elaborações educativas, a citar: das escolas primárias, peguei as bases do ensino geral; dos colégios e do ensino médio, peguei o internato, muito útil para a formação integral dos alunos; das escolas de agricultura, peguei a alternância do trabalho intelectual com o trabalho manual; dos cursos por correspondência, peguei os "estudos em casa", para acostumar os jovens camponeses a trabalhar intelectualmente em casa. Das escolas cristãs, peguei a formação religiosa que, para os católicos, não pode ser substituída por nada.

Vale acentuar ainda que a base de formulação da Pedagogia da Alternância por ser constituída pelas organizações sociais, sindicalistas e ligada à Igreja Católica, carrega a democracia como condição do progresso social, além da solidariedade, e a ação comum como direcionamento para a vida profissional, social e cultural, conforme Ribeiro (2010).

Nesse sentido, Gimonet (2007) afirma que a pedagogia da alternância se insere como uma pedagogia da complexidade ou da realidade por prezar pela articulação dos componentes da vida real, dos sujeitos, da comunidade, da produção familiar, da cultura local, etc. Parte-se da compreensão da realidade pelo













viés da complexidade, de todos os elementos em interação, pelo entendimento de que "o mundo é um tecido de acontecimentos, de ações, de interações, retroações, determinações, acasos, incertezas e contradições [...] Supõe articular, distinguir, sem separar, associar sem reduzir. (GIMONET, 2007, p. 111-112).

Além disso, Ribeiro (2010) confirma que a Pedagogia da Alternância prevê articular "teoria e prática em uma práxis", método em que alternam situações de aprendizagem escolar com situações de trabalho. Ainda pela organização do processo formativo, que direciona atividades, tanto escolares, como destinadas ao trabalho produtivo, no Tempo-escola como no Tempo-Comunidade, sugere-se de forma cuidadosa e ampla que a "Pedagogia da Alternância tem o trabalho como princípio educativo de formação integral, que articula dialeticamente o trabalho produtivo ao ensino formal" (RIBEIRO, 2010, p. 294).

Pelo exposto, verifica-se que a reforma do Ensino Médio tenciona negativamente o projeto pedagógico dos CEFFAs construído ao longo da história da Pedagogia da Alternância, pressionado a implementar alterações significativas sem observância às especificidades desse sistema educativo e cujas implicações ainda são desconhecidas.

Em específico citamos o artigo 36 da LDB que passa a ter nova redação, estabelecendo que o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por Itinerários Formativos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional (Base Comum Curricular e Base Profissional): linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional, de livre escolha dos jovens, orientados por suas escolas, a partir dos projetos de vida, e nos limites das possibilidades de oferta das escolas e sistemas de educação.

O Documento Curricular do Território Maranhense, em consonância às reformulações e às especificidades locais, afirma que a oferta do Ensino Médio deve atender ao direito subjetivo de cada cidadão, do mesmo modo, em cada espaço do













território maranhense. Sendo assim, no compromisso com a oferta da educação pública, o estado do Maranhão atende toda sua diversidade de público: quilombolas, indígenas, campo, apenados, EJA e educação especial, com garantia de expansão do acesso e permanência, além do atendimento e ampliação das escolas de tempo integral prevista no Plano Nacional de Educação e reiterada no Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE- MA), (MARANHÃO, 2022).

Considerando a expressiva parcela da população rural maranhense que, segundo o IBGE, em 2010 respondia por 36,93% da população do estado e ao desafio histórico com a oferta e a qualidade da educação básica, situando o Maranhão entre os estados com maior percentual de população rural e com os mais baixos indicadores educacionais do país. E considerando-se, ainda, a relevância dos CEFFAs e da Pedagogia da Alternância na educação dessa população, a garantia do direito subjetivo expresso na Constituição Federal de 1988 e reiterada no Documento Curricular do Território Maranhense não pode ignorar a especificidade dos CEFFAS.

Como já afirmado, para os Centros Educacionais Familiares de Formação por Alternância, o Novo Ensino Médio está sendo direcionado sem observância às especificidades da pedagogia aplicada, sobretudo, à alternância, os tempos formativos (Tempo Comunidade e Tempo Escola), além das mediações pedagógicas que já são realidade no seu cotidiano das escolas desde sua gênese. Além disso, verifica-se a não observância às condições objetivas que os CEFFAs possuem para dar conta das ações impostas pelo Novo Ensino Médio somado ao que já realiza, mediante as condições estruturais, financeiras e de pessoal.

Essa realidade demonstra desconhecimento dos órgãos direcionadores das políticas educacionais em relação à pedagogia da Alternância dos CEFFAs, sobretudo, quando desconsidera o trabalho que já vem sendo realizado, seja no que trata da pesquisa, das sistematizações teóricas, das práticas pedagógicas, do processo de ensino-aprendizado gerado a partir da ação-reflexão-ação, tripé que caracteriza e direciona o funcionamento da pedagogia da alternância.















A especificidade do currículo dos CEFFAs, apesar da singularidade curricular de cada escola, compartilha um conjunto de fundamentos filosóficos e pedagógicos, princípios e mediações didáticas que dão unidade a sua prática pedagógica orientada pela Pedagogia da Alternância. A proposta de reforma do Ensino Médio traz para o movimento CEFFA inúmeros desafios, sobretudo, de entendimento das possibilidades de efetivação das mudanças sugeridas pela Lei nº 13.415/2017 nas escolas para implementação das mudanças, as finalidades e meios expressos nos pilares e instrumentos de mediação didática da Pedagogia da Alternância.

A educação do campo desenvolvida nos CEFFAS no estado do Maranhão é fruto da luta da classe trabalhadora camponesa por terra, por uma educação que valoriza a cultura produtiva camponesa, a vinculação do conhecimento teórico com o trabalho e por qualidade de vida com dignidade no campo. A alternância de tempos educativos, articulada por mediações didáticas pedagógicas específicas e a organização associativa em cada território, tornaram-se práticas educativas consolidadas, ao longo de uma construção sócio-histórica. Nesse sentido, precisam ser valorizadas e observadas ao se propor reformas de qualquer natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propôs compreender como o Novo Ensino Médio vem sendo implementado nos Centros Educacionais Familiares de Formação por Alternância no Maranhão.

No decorrer do debate fez-se o esforço de apresentar um pouco sobre o histórico da pedagogia da alternância no Brasil e no Maranhão e o Ensino Médio; aprofundou-se sobre a Educação Profissional em escolas do campo; além do debate sobre as implicações da reforma curricular nos Centros Educacionais de Formação por Alternância, com foco nas escolas do Maranhão.













O percurso da investigação possibilitou compreender que o Maranhão tem uma longa história longa de prática da Pedagogia da Alternância dos CEFFAs, ou seja, o estado já completa uma caminhada de quase quatro décadas de aplicação da PA no campo maranhense com a oferta do Ensino Fundamental e quase duas décadas com a oferta do Ensino Médio integrado à formação profissionalizante em agropecuária.

Esse histórico nos leva a afirmar que os CEFFAs no Maranhão tem uma prática pedagógica, sobretudo, no Ensino Médio já consolidada, além de uma diversidade de sujeitos, de movimentos associativos constituídos, movimentos sociais, de municípios e territórios envolvidos nesta construção. Logo, pensar a reformulação curricular implica mais que a modificação de um documento.

Compreendemos que a reforma curricular com base no Nono Ensino Médio imposto aos CEFFAs sem diálogo, sem observância ao que já vem sendo praticado, às especificidades da organização do trabalho pedagógico traz implicações negativas à Pedagogia da Alternância.

Em suma, se faz necessário estudo que aprofunde sobre os impactos e as implicações das reformas curriculares nos CEFFAS de Ensino Médio no Maranhão no cotidiano das escolas, paralelo a isso, sugere-se que seja criada uma frente de resistência ao que descaracterize a Alternância.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/L9394.htm.

BEGNAMI, João Batista. **Formação por alternância na licenciatura em educação do campo**: possibilidades e limites do diálogo com a pedagogia da alternância. Belo Horizonte: [s.n], 2019.













BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de 1988. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.

GIMONET, Jean Claude. Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAS. São Paulo: Vozes, 2007.

GRANEREAU, Abbé. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês trabalho e educação: liberdade autonomia. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mendonça. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Documento curricular do território maranhense: ensino médio / Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022. v.2: II.









